

Governo quer “reconciliar o país com a sua floresta”

28 de Novembro, 2018

“Por Uma Floresta Viva” não é apenas o lema da próxima ExpoFlorestal, é também um desígnio nacional defendido pelos agentes, pelas empresas e pela tutela. É no maior certame ibérico dedicado à fileira da floresta que todos se juntam para mostrar a vitalidade do setor – trata-se da 11ª ExpoFlorestal.

No passado dia 22 de novembro, na Biblioteca Municipal de Albergaria-a-Velha, este evento foi apresentado com a presença do secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Miguel Freitas, do professor e economista Daniel Bessa, do presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, António Loureiro, da investigadora Sandra Valente, da Universidade de Aveiro e de Luís Sarabando, coordenador da Associação Florestal do Baixo Vouga e representante das entidades organizadoras do evento.

Na cerimónia de apresentação, António Loureiro começou por lembrar como “os três parceiros que organizam a ExpoFlorestal, Associação Humanitária dos Bombeiros de Albergaria, Associação Florestal do Baixo Vouga e Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente tiveram sempre o cuidado de mostrar o que de melhor se fazia no setor florestal”.

Por sua vez, a investigadora da Universidade de Aveiro, Sandra Valente, tomou a palavra para salientar a pertinência do tema da próxima ExpoFlorestal. Como referiu, “Por Uma Floresta Viva” “ilustra bem o tempo em que vivemos. Nas últimas décadas estivemos dormentes no planeamento e na gestão florestal”. Detalhando algumas conclusões de um estudo sobre as representações sociais da floresta, Sandra Valente realçou que “em Portugal prevalece a valorização social da floresta como espaço de produção. Não tem nada de mal porque isso é determinante para a economia e a sustentabilidade das comunidades rurais, mas esta visão tem que ser capitalizada numa gestão mais ativa do território e complementada com outras iniciativas de desenvolvimento que promovam a floresta como espaço multifuncional”.~

Seguiu-se a intervenção do professor Daniel Bessa, que reconheceu a vantagem dos recursos naturais para a economia, afirmando que eles “são importantes porque ao conseguirmos extrair valor destes recursos, sendo que eles estão lá, no ambiente, dominamos toda a cadeia de valor. Isto quer dizer que cada euro vendido em produtos florestais é um euro que fica “em casa” pois a componente importada na cadeia é mínima. Para um país pobre como o nosso, cada cêntimo que fica “em casa” conta muito”.

Lembrando vários estudos em que participou precisamente sobre o tema da floresta, Daniel Bessa defendeu que existem três fileiras amadurecidas no setor: “o eucalipto, o pinheiro e o sobreiro” e afirmou que, “se não resolvermos a forma como podemos valorizar outras espécies florestais, como o carvalho ou a azinheira, não vamos conseguir resolver o problema da diversidade que gostaríamos de ter na floresta nacional”.

Luís Sarabando, da AFBV, foi o palestrante seguinte. Começando por referir que “os agentes do setor florestal há muito que procuram a valorização através de financiamento para estes serviços da natureza que a floresta traz”, o representante das entidades organizadoras da ExpoFlorestal lembrou como o setor florestal “tem demonstrado uma resistência incrível e uma enorme capacidade de recuperação, muito porque os produtores vivem no seu território, gostam do seu território e são eles que investem na terra”.

Conforme adiantou Luís Sarabando, “o mote da 11ª Expoflorestal, «Por Uma Floresta Viva», representa este sentimento primeiro porque demonstra que o setor é muito ativo, os agentes estão constantemente a reclamar, querem sempre mais mas fazem-no de forma positiva. Depois porque representa também a vontade de ultrapassar as imagens pesadas deixadas pelas catástrofes recentes e apontar ao lado positivo da floresta”.

A terminar a sessão e antes do debate, foi tempo de ouvir o secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Miguel Freitas, que começou por defender que “a sociedade portuguesa está hoje distante da floresta, não percebe a floresta nem a sua importância e há uma imagem negativa, mesmo pessimista relativamente à floresta”. Conforme indicou, o executivo está apostado em “inverter essa imagem e reconciliar o país com a sua floresta”.

Lembrando o investimento de 1,3 milhões de euros em programas de sensibilização, Miguel Freitas assumiu que 2019 trará uma nova fase dessa estratégia de comunicação, “em que vamos passar a campanhas positivas sobre a floresta. Queremos chegar aos jovens e aproveitar todas as oportunidades para mostrar que, dentro do setor da floresta os interesses convergentes são maiores do que os interesses divergentes, unindo todos os agentes em defesa da floresta portuguesa”.

Nesse contexto, o secretário de Estado defendeu a importância da ExpoFlorestal como iniciativa agregadora. “Na ExpoFlorestal queremos transmitir uma mensagem de unidade e vitalidade. A ExpoFlorestal tem uma organização a três mas deve procurar envolver todo o setor, o qual deve estar mobilizado para fazer deste evento um momento importante e também para diversificar os públicos da ExpoFlorestal, trazendo mais jovens, mostrando-lhes a importância da floresta”. Segundo adiantou, “temos que mudar radicalmente a forma como olhamos para a floresta e fazê-lo com ambição. Não podemos apenas mitigar, temos que ser mais ambiciosos. Hoje temos 550 milhões para investir na floresta. Ainda é pouco mas já é mais do que antes. Também estamos a regionalizar as medidas florestais. Até há um ano atrás as políticas florestais eram nacionais e isso levou a que tivéssemos 65% do investimento contratado para as grandes áreas e apenas 35% para o minifúndio. Este ano aprovámos 124 milhões de euros de projetos e 90% foram para o minifúndio. Queremos adequar a política ao país que temos, com políticas específicas para o Norte, para o Centro, para Lisboa e Vale do Tejo, para o Alentejo e para o Algarve. Como temos várias florestas precisamos de várias políticas”.

Finalmente, Miguel Freitas adiantou que o Governo vai também “responder a uma outra exigência que o setor tem feito ao longo dos anos e que nunca teve resposta, reconhecendo que a floresta presta serviços ecossistémicos, tanto

na preservação do solo, como na qualidade da água, na biodiversidade e na gestão do carbono. Temos que remunerar a floresta por essa prestação. No próximo ano, através do fundo ambiental, teremos projetos piloto para fazer a remuneração dos serviços ecossistémicos para depois, no próximo quadro comunitário de apoio, podermos alargar isso a uma base sólida de pagamentos às espécies autóctones de crescimento lento”.